



II Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Ernesto Laclau e seus Interlocutores  
25 a 27 de setembro de 2017  
Pelotas/RS – Brasil

Grupo de Trabalho 3: Teoria do Discurso, Ciência e Tecnologia

Universalismo e fragmentação contemporânea dos movimentos  
sociais: um diálogo entre Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e Gilles  
Deleuze

Leonardo Monteiro Crespo de Almeida  
Doutor em Direito  
Universidade Federal de Pernambuco  
E-mail: [leonardoalmeida222@gmail.com](mailto:leonardoalmeida222@gmail.com)



## Universalismo e fragmentação contemporânea dos movimentos sociais: um diálogo entre Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e Gilles Deleuze

Leonardo Monteiro Crespo de Almeida

**RESUMO:** O presente artigo busca construir um paralelo entre a teoria política de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, e a filosofia de Gilles Deleuze, tendo como preocupação a fragmentação política e estratégica dos movimentos sociais progressistas. Considerando a dificuldade, para não dizer impossibilidade, de contemporaneamente situar-se um sujeito histórico universal, levando a defesas circunscritas em demandas particulares de certas identidades políticas. A proposta deste trabalho consiste em realizar uma leitura seletiva da filosofia de Deleuze e da teoria política de Laclau/Mouffe com o objetivo de situar elementos que possam servir para uma compreensão política desses movimentos que tanto evitem uma recaída nas antigas formas de universalismos, nem se perca na proliferação constante de demandas particulares que abandona estratégias políticas emancipatórias mais abrangentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Laclau e Mouffe; Deleuze; Universalismo; Sujeito Político.



## Introdução

Movimentos sociais precisam pautar seus discursos por um certo grau de coerência voltada para a fixação das suas demandas caso pretendam a expansão e a concretização dos seus projetos políticos coletivos. A transformação de certas práticas sociais pela elaboração de demandas exige, de antemão, que estas sejam minimamente esclarecidas e compatíveis entre si. Essa coerência não deve ser vista como uma imposição formal que se faz sobre discursos, antes uma exigência tática que permite situar a identidade de um movimento social a partir do conjunto organizado de suas demandas e pretensões políticas (STAGGENBORG, 2015, p. 6 e ss).

Essa concepção de coerência se mostra problemática diante das implicações sociais e políticas da globalização para a organização e atuação desses movimentos, assim como a lógica particular de construção das demandas empregada pelos movimentos com base em embates dos mais diversos. Os embates, por sua vez, remetem à autodescrição dos sujeitos políticos e à maneira como eles se percebem enquanto parte do espaço social: gênero, etnia, condição econômica são objetos de formulação de demandas. Cada aspecto do social pode ser tomado como objeto de construção das demandas políticas e consequente formação dos movimentos sociais.

Transformações intensas nas relações sociais de uma sociedade específica, a transnacionalização das demandas dos movimentos, ou mesmo a elaboração de questões que escaparam às construções iniciais dessas demandas, acabaram por levar a cisões internas nesses mesmos movimentos. Divisões e subdivisões, incorporação de novos atores políticos, ou a saída de alguns deles para comporem movimentos dissidentes, são características que integram esse panorama político.

Um quadro de demandas opostas formadas por movimentos sociais com orientações políticas semelhantes é uma realidade em vários contextos. Pode-se, aliás, identificar uma concordância no nível mais amplo das propostas sociais e políticas, mas severas discordâncias em termos estratégicos e de pautas. Movimentos associados a demandas étnicas podem concordar entre si que a inclusão social, política e econômica dos negros são objetivos centrais, mas o que significariam essas formas de inclusão e qual o sentido que elas podem adquirir pode se tornar objeto de disputa entre os movimentos, assim como proporcionar fragmentações em seus interiores.

A determinação das demandas não seria uma questão circunscrita à estrutura interna desses movimentos. Os indivíduos não se encontram inseridos apenas em um segmento do social: eles transitam simultaneamente pelo ambiente familiar e profissional, são afetados pela percepção social sobre o gênero que possuem, são julgados pela etnia que herdaram e



se autodescrevem com base em elementos de vários desses domínios. Essa pluralidade de dimensões abre espaço para a expansão de novos movimentos sociais, além da fragmentação interna que pode se suceder a cada um deles.

Demandas associadas ao universo laboral não precisam estar associadas com reivindicações vinculadas a identidades étnicas ou relacionados à gênero. Sendo a coerência importante para a definição dos projetos coletivos e das demandas que lhe são agregadas, a mesma necessita ser incluída em um quadro conceitual mais amplo caso venhamos a desenvolver uma abordagem teórica que ilustre a circunstância atual de muito desses movimentos.

O mencionado quadro precisa evitar dois posicionamentos: o do universalismo e o do puro particularismo. Por universalismo, nós nos referimos à concepção que estabelece um sujeito político cujas demandas representariam aquelas da sociedade como um todo, enquanto o puro particularismo implica a busca por um conjunto de propriedades específicas de uma determinada identidade social e que servem para lhe isolar das outras identidades do seu entorno (TORFING, 1999, p. 170-171; BADER, Michael D. M.; WARKENTIEN, Siri, 2016, p. 140 e ss).

Ambos os casos representam formas específicas de essencialismo: na primeira, o que temos é a absorção da particularidade das demandas sociais a uma outra, concebida como mais abrangente e capaz de reconciliar a sociedade consigo mesma mediante uma emancipação geral. A segunda coloca em evidência a ideia de pureza de uma identidade social mediante ao isolar um conjunto de características e propriedades invariáveis que a definissem por completo (TORFING, 1999, p. 170-171).

O universalismo ainda procura um sujeito político universal nestes vários movimentos. O puro particularismo, por sua vez, isola cada movimento na especificidade de suas demandas, criando um cenário de fragmentação política que os enfraquece e os marginaliza. Uma vez que todos os valores seriam contextuais e estes não são equivalentes entre si, o que resta é a condenação de toda e qualquer forma de universalismo como totalitária (TORFING, 1999, p. 172).

A defesa de uma concepção pura da identidade encontra obstáculos teóricos significativos, uma vez que, para que expressem as suas demandas, os movimentos precisam apelar para uma linguagem compartilhada e que transcende a particularidade de cada um deles. A demanda de um grupo por representação política precisa ser realizada através dos termos que se estendem a outros grupos para que possam fazer o mesmo, a exemplo a de direitos políticos que se estendem a todos os cidadãos da comunidade política (TORFING, 1999, p. 171-172).



Uma certa relação com o universal é incontornável para a formulação política das demandas sociais. Por mais difusos e diversificados que sejam os interesses e as demandas nas democracias modernas pluralistas, eles precisam de referências comuns para que possam ser organizados e absorvidos pelos entes políticos a que são direcionados, a exemplo de noções como povo e soberania popular.

O objetivo deste artigo consiste em apontar de que maneira os trabalhos de Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e Gilles Deleuze podem nos auxiliar a pensar uma forma de articular o universal e o particular de modo a não abandonar a ideia de construção de uma referência comum, mas sem desconsiderar as especificidades de cada movimento. Para tanto, realizaremos uma leitura seletiva dos três autores tendo como norte as preocupações que integram o nosso problema.

O artigo se divide em três seções, sendo as duas primeiras dedicadas a isolar e analisar as perspectivas destacadas. Por fim, apontaremos duas convergências entre as perspectivas acerca do objeto de nossa investigação: a teórica, que lida com os conceitos desenvolvidos pelos dois autores, e a estratégica, referindo-se ao modo como as suas reflexões políticas podem se concretizar nas práticas coletivas dos movimentos.

### **A articulação entre o universal e o particular em Ernesto Laclau e Chantal Mouffe**

Uma preocupação teórica central na obra *Hegemony and Socialist Strategy* de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe consiste em repensar o papel do universal no horizonte contemporâneo da teoria política. Estava cada vez mais evidente aos autores que o social se constituía como espaço fragmentado por uma série de relações de conflito e modos de dominação que não necessariamente equivalentes. Como teorizar as diferentes lutas dos movimentos sociais, especialmente considerando as consequências catastróficas da ascensão do Khmer vermelho, as múltiplas formas de repressão sofridas pelas nações da Europa oriental sob o domínio soviético?

Laclau e Mouffe observam que a multiplicidade dos embates contribui também a uma rejeição do chamado “imaginário jacobino”, a saber, o momento revolucionário por excelência em que a dominação imposta presente em uma ordem política é eliminada através de um sujeito histórico que, representando os interesses da coletividade, seria responsável por emancipá-la mediante a proposição de uma nova ordem transparente à própria sociedade:

O caráter plural e multifacetado dos embates sociais contemporâneos finalmente veio a dissolver a última fundação para aquele imaginário político. Povoados com sujeitos ‘universais’ e conceitualmente construído



em torno de uma História no singular, ele tem postulado a 'sociedade' como uma estrutura inteligível que pode ser conquistada intelectualmente tendo como base certas posições de classe e reconstituída como uma ordem racional e transparente através de um ato fundador de caráter político. Hoje, a esquerda está testemunhando o ato final da dissolução do imaginário jacobino (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 2)<sup>1</sup>.

As linhas gerais da obra são estabelecidas a partir de uma genealogia do conceito de hegemonia cujo fio condutor reside em uma análise crítica do conceito de classe na tradição marxista. Rosa Luxemburgo será uma das primeiras referências analisadas pelos autores, já que nela encontra-se uma reflexão que consiste acerca da unidade da classe trabalhadora através de uma análise da ideia de greve geral como forma dominante de embate político (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 8 e ss). O que está em questão é a existência e a formação de um sujeito político coletivo.

O entrelaçamento entre o político e o econômico que, no âmbito do contexto profundamente repressivo da Rússia czarista, levaria a uma associação espontânea entre os múltiplos embates que ocorriam naquela época. Os embates, que surgiam espontaneamente nos mais diversos espaços do social e eram orientados por demandas específicas, logo adiante tratam de se unir contra um ponto em comum, estabelecendo uma convergência simétrica entre embates políticos e econômicos.

A consequência teórica, mas também politicamente estratégica, é a de que a união da classe operária decorre de relações desenvolvidas *a posteriori* entre os movimentos, e não em função de determinações econômicas presentes entre os seus membros (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 8-9). Laclau e Mouffe mostram que para o conjunto de abordagens nomeados por eles de ortodoxia marxista, a determinação da identidade de classe se daria em função das relações econômicas de produção:

Para a ortodoxia, é a partir dessa estrutura primária que surge o antagonismo entre classe trabalhadora e burguesa. Esta estrutura primária organiza a si mesma como uma narrativa – podemos chamá-la de primeira narrativa – dado que o seu movimento é contraditório e tende a auto eliminação. Na estrutura desta narrativa, as leis do desenvolvimento capitalista são o enredo, enquanto os personagens, com papéis perfeitamente designados, são as classes proletárias e burguesas (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 50)<sup>2</sup>.

1 No original: "The plural and multifarious character of contemporary social struggles has finally dissolved the last foundation for that political imaginary. Peopled with 'universal' subjects and conceptually built around History in the singular, it has postulated 'society' as an intelligible structure that could be intellectually mastered on the basis of certain class positions and reconstituted, as rational, transparent order, through a founding act of a political character. Today, the Left is witnessing the final act of the dissolution of that Jacobin imaginary" (Tradução livre).



Contrapondo-se a essa perspectiva, os autores repensam o sujeito político à luz do estruturalismo marxista de Louis Althusser. Isso se reflete na opção teórica que reside em conceber discursivamente a identidade dos sujeitos e a sua determinação através das relações sociais em que eles já se encontram situados (HOWARTH, 2004, p. 258-259). A identidade passa a refletir a posição que tendem a ocupar a partir da inserção que possuem em uma estrutura discursiva ao invés das condições intrínsecas dos sujeitos:

Toda vez que empregarmos a categoria de ‘sujeito’ neste texto, nós o faremos no sentido de ‘posições de sujeito’ em uma estrutura discursiva. Sujeitos não podem, portanto, ser a origem das relações sociais – nem mesmo no sentido limitado de serem dotados de poderes que tornam a experiência possível – uma vez que toda ‘experiência’ repousa sobre precisas condições de possibilidade discursivas (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 115)<sup>3</sup>.

Para as pretensões desse artigo, o mais importante nesse desenvolvimento teórico proposto por Laclau e Mouffe consiste em dois pontos: primeiro, o caráter contingente e contextualmente situado das associações entre os movimentos e as identidades políticas a que eles fornecem suporte discursivo; segundo, a formação das demandas como decorrente da associação entre os movimentos através da constituição de relações de equivalência.

Essa formação é concebida como articulação: é a produção de uma nova relação que se distingue das partes que se encontram associadas, ou seja, não se trata apenas da junção entre movimentos (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 105). As articulações permitem a inserção de certa coerência, sempre instável, em meio a multiplicidade de embates sobre a superfície do social (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 167 e ss). Uma coerência plena entre as diferenças posições seria inviável uma vez que cada elemento inscrito em um movimento é pluridimensional, integrando e potencialmente abrindo espaço para outras formas de conflito.

Uma mulher que se autodescreve como feminista e afrodescendente ocupa dois focos de embates políticos que não necessariamente estão alinhados em termos de demandas e nem podem ser subsumidos um ao outro. Aliás, a crítica a uma forma de

2 No original: “For orthodoxy, it is within that primary structure that the antagonism between working class and bourgeoisie arises. This primary structure organizes itself like a narrative - we may call it *first narrative* - given that its movement is contradictory and tends to its self-elimination. In the structuring of this narrative, the laws of capitalist development are the plot, while the characters, with perfectly assigned roles, are the proletarian and capitalist classes” (Tradução livre).

3 No original: “Whenever we use the category of ‘subject’ in this text, we will do so in the sense of ‘subject positions’ within a discursive structure. Subjects cannot, therefore, be the origin of social relations - not even in the limited sense of being endowed with powers that render an experience possible - as all ‘experience’ depends on precise discursive conditions of possibility” (Tradução livre).



desigualdade, a exemplo da desigualdade material decorrente da dinâmica do capitalismo, pode levar à crítica de outras formas de desigualdade e mesmo ao surgimento de novos direitos (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 156).

A articulação precisa ser situada a partir de pontos de convergência transversais às demandas e perspectivas políticas particulares, mas que possibilitam o alinhamento de demandas distintas, como eventos ou questões. Os autores concebem cada prática social como articuladora na medida em que buscam fixar sentidos em meio ao horizonte de significação, nomeado por eles de campo de discursividade. A fixação só poderá ser parcial uma vez que jamais conseguirá captar em sua totalidade todos os sentidos possíveis inscritos no campo.

O que estão afirmando é que a determinação de cada identidade social é sempre instável e problemática, podendo ser repensada tendo como base as diferentes formas de suas múltiplas articulações. A identidade é relacional, existindo sempre em função de um sistema de diferenças fixado:

A prática de articulação, portanto, consiste na construção de pontos nodais que parcialmente fixam o sentido; e o caráter parcial dessa fixação procede da abertura do social, resultante, por sua vez, do constante transbordamento de cada discurso pela infinitude do campo de discursividade (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 113)<sup>4</sup>.

O conceito de cadeia de equivalências nos permite conceber uma articulação contingente de demandas sem que a especificidade de cada uma delas acabe sendo reduzida a uma forma específica de embate. Existem demandas que podem ser pensadas a partir de certa lógica econômica e outras que necessitam ser pensadas com base em termos diversos, fazendo com que a sobreposição de uma sobre a outra acabe anulando a especificidade daquilo que se pretendia conquistar

A lógica de equivalência trata de operar uma temporária aproximação entre as demandas através da contraposição a um mesmo polo exterior. Uma luta voltada para a implementação de uma nova categoria de direitos para um determinado grupo pode se articular discursivamente com outros embates que visam a uma maior redistribuição econômica mediante tributação ao se oporem a forças que pretendem impedir a concretização dessas demandas. A lógica da equivalência pressupõe a presença de antagonismos. Os autores comentam:

4 No original: “The practice of articulation, therefore, consists in the construction of nodal points which partially fix meaning; and the partial character of this fixation proceeds from the openness of the social, a result, in its turn, of the constant overflowing of every discourse by the infinitude of the field of discursivity” (Tradução livre).





Atores sociais ocupam posições diferenciais no discurso que constitui a fábrica do social. Neste sentido, de maneira estrita, só existem particularidades. Por outro lado, existem os antagonismos sociais que criam fronteiras internas na própria sociedade. Vis-à-vis forças opressivas, portanto, uma série de particularidades estabelecem relações de equivalência entre si mesmas (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. xiii)<sup>5</sup>.

É a relação de antagonismo que trata de abrir espaço para a lógica da equivalência. Ao mesmo tempo em que preserva as particularidades de cada demanda, a equivalência estabelece uma simetria dessas particularidades frente a um antagonismo comum a todas elas. Um ponto importante é que, conforme as cadeias de equivalência vão sendo expandidas, as especificidades de cada identidade política que as compõem vão sendo mais ofuscadas, restando apenas pontos de referência que revelam uma ausência subjacente aos embates, mas que servem à articulação dos atores políticos. Sobre esse aspecto das cadeias de equivalência, Laclau escreve:

Por um lado, quanto mais as cadeias de equivalência são estendidas, menos cada embate concreto será capaz de permanecer fechado na diferenciação de seu eu – algo que serviria para lhe separar de todas as outras identidades diferentes através da diferença que lhe é exclusivamente própria. Pelo contrário, as relações equivalentes mostram que essas identidades diferenciais são simplesmente corpos indiferentes encarnando algo que está igualmente presente em cada uma delas, sendo assim, quanto mais extensa for a cadeia de equivalências, menos concreto será este ‘algo igualmente presente’ (Laclau e Mouffe, 1996, p. 42)<sup>6</sup>.

Os pontos de referência a que aludimos são chamados por Laclau de significantes vazios. Pensemos o termo ‘ordem’: em um contexto politicamente estável, a ordem é concebida através da realização de fatos, procedimentos e da continuidade institucional da política. Porém, em um contexto de profunda desordem, a ordem surge como um significante daquilo que está em falta nesse cenário político, abrindo espaço para a ascensão de grupos diversos e voltados para o seu restabelecimento (Laclau, 1996, p. 44).

5 No original: “Social actors occupy differential positions within the discourse that constitute the social fabric. In that sense they are all, strictly speaking, particularities. On the other hand, there are social antagonisms creating internal frontiers within society. Vis-à-vis oppressive forces, for instance, a set of particularities establish relations of equivalence between themselves” (Tradução livre).

6 No original: “On the one hand, the more the chain of equivalences is extended, the less each concrete struggle will be able to remain closed in a differential self - in something which separates it from all other differential identities through a difference which is exclusively its own. On the contrary, as the equivalent relation shows that these differential identities are simply indifferent bodies incarnating something equally present in all of them, the longer the chain of equivalences is, the less concrete this ‘something equally present’ will be” (Tradução livre).



Em um dos seus mais conhecidos comentários sobre a democracia moderna, Claude Lefort observa que o seu surgimento é acompanhado pela dissolução dos marcadores de certeza (Laclau, 1996, p. 155 e ss). Nas várias circunstâncias políticas dos Estados absolutistas, o fundamento da sociedade residia simbolicamente na vontade divina que, por sua vez, materializa-se na figura do monarca, o representante de Deus e da justiça soberana. Na medida em que o lugar do poder é situado de maneira transcendente, a ordem social é incondicional e inalterável.

A leitura lefortiana da constituição de um novo espaço para a inserção do político seria a seguinte: com o fim dos Estados absolutos e o surgimento das revoluções americana e francesa, o lugar do poder se esvazia, permitindo uma ocupação temporária por forças advindas dos mais diversos projetos políticos, e tendo agora na população o centro de sua legitimidade. O que se tem é uma nova forma de instituição do social (Laclau e Mouffe, 1985, p. 44). Agora cada lei, forma de organização, projeto político ou crença, pode ser interrogada e substituída por atores políticos distintos e que se sucedem indefinidamente. Trata-se de uma sociedade em que, sendo o povo soberano, já não pode ser mais controlada e contida em limites estabelecidos pela tradição ou outros resquícios simbólicos de delimitação normativa do social.

Sendo cada aspecto do social passível de contestação, um dos efeitos da dissolução dos marcadores de certeza vai residir na multiplicidade de formas de embates, levando à fragmentação política apontada no início deste estudo. Mas isso levaria a um encerramento de cada embate em torno de suas particularidades? Vimos que a resposta de Laclau e Mouffe é negativa, mas o que eles pretendem evitar?

Uma perspectiva a ser evitada consiste na tentativa de vincular os interesses e as demandas de cada grupo a uma essência constitutiva da identidade deles, ou seja, eles seriam determinados *a priori*. Em tese, seria afirmar que mulheres são naturalmente inclinadas a abraçar causas feministas em virtude de condicionamentos biológicos e socioculturais. Negar essas demandas – ou o vínculo entre constituição biológica, simbólica e causas políticas - implicaria, por sua vez, ignorar as condições que promovem contextos de subjugação em que elas se encontram, naturalizando assim a opressão.

Semelhante posição sustenta que a identidade de cada ator social é determinada sem quaisquer referências a outros atores, existindo também um conjunto de interesses que constituem e pertencem ao núcleo de cada identidade. Mas isso somente seria possível se a totalidade do social pudesse ser fixada de modo também a permitir que cada um dos componentes que integram as relações sociais viesse a ter um sentido determinado. Uma



vez que o social é atravessado por um vazio constitutivo e em contínuo deslocamento, um fechamento completo não seria possível.

A cada momento do social, uma determinada posição política passa a determinar sentidos, configurações, formas de organização e crenças coletivas. Chamamos essa posição de hegemônica. A hegemonia se constitui através de uma agregação de demandas que, por sua vez, necessita se contrapor a uma outra cadeia que lhe é exterior e antagônica. Só se pode falar de hegemonia se houver lutas e posições incompatíveis às múltiplas demandas constitutivas da posição dita hegemônica.

Podemos conceber o universal sem ignorarmos o constante aumento de complexidade frente às múltiplas maneiras de constituição dos embates sociais, ao mesmo tempo em que evitamos a defesa de um puro particularismo que isola cada identidade política em posições socialmente marginais e politicamente inacessíveis. Reiteremos que a equivalência entre as demandas só pode ser preservada mediante a fixação delas a um ponto que lhes é exterior, a saber, um outro agrupamento de demandas antagônicas. Sendo assim, a relação mesma de equivalência é também contingente e contextualmente situada, dependendo da forma como os antagonismos sociais serão constituídos.

O antagonismo é o limite pelo qual as duas partes, que chamaremos de A e B, passam a ser constituídas através de uma lógica paradoxal da possibilidade e impossibilidade. A relação de complementariedade entre as posições, que ocorre através do estabelecimento da relação de antagonismo, é o que vai possibilitar a própria existência de cada um desses polos, mas, na medida em que se negam, a coexistência deles é também impossível. Daniel de Mendonça faz o seguinte comentário:

A complementariedade entre eles (baseada na negação recíproca) consiste paradoxalmente na possibilidade da existência de ambos. A relação antagônica, portanto, guarda em si o paradoxo da possibilidade e da impossibilidade dos elementos antagônicos tomados entre si. Em outras palavras: num “sistema contraditório global considerado” A só é A porque nega B; B só é B porque nega A; contudo, ambos somente são, uma vez que o outro se faz presente (MENDONÇA, 2003, p. 137).

Em síntese, no que se refere ao trabalho de Laclau e Mouffe, o universal é marcado pela precariedade e esvaziamento (GASCHÉ, 2004, p. 18 e ss; LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 191-192). O objetivo da hegemonia, mediante a construção de cadeias de equivalência cada vez mais amplas, consiste em estrategicamente fixar um conteúdo, sempre precário, para o universal. Quanto mais demandas forem agregadas às cadeias, menos específico será a definição de um projeto ideológico comum: os termos constitutivos dos discursos precisam ser cada vez mais vagos de modo a abarcar as diferentes demandas inscritas na cadeia de



equivalência. Por isso o cuidado em mostrar as sucessivas redefinições de categorias políticas usuais (liberdade, justiça, igualdade) a partir das diversas formações políticas empiricamente estabelecidas (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 163).

### **Gilles Deleuze: a transversalidade e o vazio das demandas políticas**

A filosofia de Gilles Deleuze tem mostrado certa presença nos debates teóricos sobre os novos movimentos sociais e as implicações que eles trazem para as políticas emancipatórias. Diferentemente da obra de Laclau e Mouffe, não encontramos claramente uma posição sobre essa temática: não existe explicitamente uma posição política deleuzeana quanto às estratégias práticas e teóricas que possam ser empregadas por esses movimentos.

Essa observação preliminar serve não para limitar a pertinência da filosofia deleuzeana perante nosso objeto de investigação, e sim ressaltar as múltiplas leituras aceitáveis que podem ser desenvolvidas a partir dessa referência. O fio condutor de nossa leitura será a maneira como Deleuze concebe a relação entre estrutura e significação na obra *Lógica do Sentido*, sendo a nossa preocupação isolar certos elementos que nos permitam pensar formas de organização política que resistam aos mencionados universalismo e particularismo em termos de organização das demandas dos movimentos sociais.

Uma vez esclarecida algumas linhas gerais da perspectiva de Laclau e Mouffe, vejamos como Deleuze aborda a temática em sua obra *Lógica do Sentido*. A exemplo de *Hegemony and Socialist Strategy*, nesta obra também o estruturalismo francês e os paradoxos da linguagem são trazidos ao primeiro plano de uma abordagem sobre identidade e diferença. Tendo Lévi-Strauss como referência, Deleuze ressalta o contínuo desequilíbrio interno de uma estrutura marcada por duas séries, significante e significado, que ora são marcadas pelo excesso, ora pela ausência:

Lévi-Strauss indicou um paradoxo na forma de uma antinomia, sendo similar ao paradoxo de Lacan: dadas duas séries, uma significante e outra significada, a primeira apresentará um excesso e a segunda uma falta. Em virtude deste excesso e desta falta, as séries se referem umas as outras em um eterno desequilíbrio e em deslocamento perpétuo (DELEUZE, 1990, p. 48)<sup>7</sup>.

7 No original: “Lévi-Strauss has indicated a paradox in the form of an antinomy, which is similar to Lacan’s paradox: two series given, one signifying and the other signified, the first presents an excess and the latter a lack. By means of this excess and this lack, the series refer to each other in eternal disequilibrium and in perpetual displacement” (Tradução livre).



Embora os termos sejam distintos daqueles empregados por Laclau e Mouffe, podemos vislumbrar uma certa proximidade no que se refere ao modo de se conceber uma estrutura geral. O social sempre extrapola as diversas manifestações discursivas que pretendem lhe fixar um sentido, ao mesmo tempo em que a possibilidade de seu fechamento é obstruída por uma falta em sua própria estrutura na própria forma do lugar vazio do poder. O discurso sempre fica aquém do seu objeto de referência.

O esvaziamento moderno do lugar do poder não se refere apenas a um espaço a ser tomado, apontado para a própria impossibilidade de constituição final do social. Ele significa o deslocamento contínuo do próprio social, abrindo, como já o dissemos, a possibilidade de questionamento, e por isso mesmo também de enfrentamento, da constituição de cada um dos seus aspectos por parte dos atores políticos.

Encontramos abordagem similar também na Lógica do Sentido. Vejamos o que escreve Deleuze sobre a relação entre o vazio e o excesso em uma estrutura de significação:

O que existe em excesso na série de significados é literalmente um quadrado vazio e um lugar sempre deslocado e sem ocupante. O que está faltando na série de significantes é um dado supranumerário e não-situado – um desconhecido, um ocupante sem lugar, ou algo sempre deslocado (DELEUZE, 1990, p. 50)<sup>8</sup>.

Essa formulação concebe a estrutura como atravessada por uma abertura constitutiva ao mesmo tempo em que existem certos elementos sólidos e estáveis. Sob uma perspectiva política, movimentos sociais buscam construir uma identidade que permita uma delimitação mínima de planejamento e estratégia política, embora o sentido de cada um desses termos esteja aberto a sucessivas reformulações. O fundamental, neste ponto, é que o “quadro vazio” inscrito na estrutura não pode ser preenchido e, por isso mesmo, o deslocamento é persistente. Essa abertura, por sua vez, impede a constituição definitiva da identidade de um movimento, assim como da satisfação plena do objeto de suas demandas. Um movimento não é nada senão uma máquina de conexões possíveis em contínua constituição.

A abertura do social em meio ao lugar vazio do poder impede que a delimitação *a priori* das formas de construção de alianças e dos objetos que podem demarcar os embates políticos. Não há como saber quais os contornos das lutas que o movimento feminista abraçará nas próximas décadas, nem as fragmentações internas que podem ocorrer a partir

<sup>8</sup> No original: “What is in excess in the signifying series is literally an empty square and an always displaced place without an occupant. What is lacking in the signified series is a supernumerary and non-situated given - an unknown, an occupant without place, or something always displaced” (Tradução livre).



desse processo. Ainda assim podemos afirmar que existem linhas gerais deste movimento que permitem a sua determinação frente a outros movimentos e embates.

Podemos destacar, nesta linha de raciocínio, a preocupação de Deleuze/Guattari em propor uma perspectiva do político que resiste às duas opções mencionadas na abordagem que realizamos de Laclau/Mouffe: nem uma teoria política pensada em termos de um sujeito político universal, nem uma outra que seria concebida como composta por movimentos isolados. Mas essa é uma abordagem pensada em termos distintos daquela de Laclau/Mouffe

O primeiro ponto desse ponto de vista sobre o político consiste em situar a prática política como um processo aberto inscrito na organização do capital que tende a desconstituir identidades e sedimentos através do fluxo de diferenças que integram e se espelham em meio à superfície do social. Essa é uma contraposição nos será importante para diferenciar o que eles propõem daquelas práticas de representação política inscritas a partir em regimes políticos empiricamente situados, como as democracias liberais contemporâneas. Sobre este ponto discorre Nicholas Thoburn:

A política não é o terreno da *representação* do povo (e, portanto, não circula primeiramente em torno de questões como 'justiça' e 'verdade'), mas de sua *criação*. A condição desta composição criativa não são os recursos subjetivos e materiais (subjetividades autônomas e juridicamente reconhecidas, histórias compartilhadas, consistências culturais) convencionalmente associadas com a auto-criação (THOBURN, 2003, p. 8)<sup>9</sup>.

Não encontraremos nenhuma orientação normativa ou estratégica clara acerca das formas de contestação que podem ser empregadas pelos movimentos sociais, assim como possíveis desenhos institucionais que possibilitem formas mais amplas de participação social. Aliás, o aspecto da concepção de política defendida por Deleuze/Guattari é de difícil definição. O que nos interessa é ressaltar, no contexto da filosofia de Deleuze/Guattari, o pano de fundo teórico para estratégias subseqüentes desenvolvidas entre os movimentos em um contexto social de contínua fragmentação política. Trata-se de operar um equilíbrio na relação política entre o universal e o particular através de uma redefinição dessa relação e dos seus termos constitutivos – e é neste ponto em que a noção de transversalidade.

9 No original: "Politics is not the terrain of the *representantion* of the people (and hence does not circulate primarily around questions of 'justice' and 'truth'), but of their *creation*. The condition of this creative composition are not the subjective and material resources (legally sanctioned and autonomous subjectivities, recognized histories, cultural consistencies) that one would conventionally associate with self-creation" (Tradução livre).



Em seu estudo sobre a Lógica do Sentido, James Williams ressalta a existência de termos compartilhados que produzem movimentos poderosos e efêmeros entre séries distintas, muito embora não pertença a nenhuma dessas séries. Esses termos possibilitam a construção de relações contingentes e precárias entre domínios distintos sem, no entanto, assimilar um domínio ao outro. Em uma passagem próxima à reflexão política de Laclau/Mouffe, Williams escreve:

Um termo compartilhado e destabilizador atrai outras proposições e lhes fornece um direcionamento comum embora não se assemelhe a nenhum deles, cria movimentos efêmeros, mas profundamente heterogêneos. Por exemplo, quando diferentes linhas podem se unir rapidamente em torno de uma resistência a um inimigo comum e sonha com um futuro sem o seu retorno – a ‘solidariedade: sindicatos e igrejas contra a *tiranía*’ ou ‘estudantes e trabalhadores contra o *fascismo*’ (WILLIAMS, 2008, p. 67)<sup>10</sup>.

Situa-se a possibilidade de que, em um momento específico, a complexidade constitutiva das identidades dos atores políticos ser reduzida através de uma relação entre dois termos que se opõem. Essa relação, porém, somente é possível através da articulação de movimentos distintos via termos e elementos que, atravessando cada um desses movimentos, não se deixa absorver completamente por nenhum deles.

Reiteremos a noção de transversalidade: a linha contínua que, contemplando várias demandas, não se confunde – e nem se deixa ser apropriada – por nenhum deles. É essa transversalidade que conecta, ainda que temporariamente, formações particulares a projetos e cursos de ação mais abrangentes, procedendo através da integração de movimentos mediante os mencionados termos compartilhados.

Não podemos minimizar a importância da ambiguidade na reflexão deleuzeana sobre a linguagem, e que pode ser também incorporada a uma compreensão do político: ela assinala uma transversalidade do sentido (DELEUZE; GUATTARI, 2002, p. 16 e ss; DELEUZE; GUATTARI, 2004, p. 51). Ao mesmo tempo em que pode unir e fixar dois discursos sobre o mundo, a ambiguidade de sentido de um termo impede o seu pertencimento a um dos relatos.

A tirania e o fascismo que unem sindicatos e igrejas, estudantes e trabalhadores, organiza e integra os embates de cada um dos termos que compõem os dois polos, mas não se deixa ser assimilada por nenhum deles: a luta dos estudantes é distinta daquela dos

<sup>10</sup> No original: “A disruptive shared word attracts other propositions and gives them a common direction yet sits uncomfortably with them, creates ephemeral yet deeply powerful heterogeneous movements. For example, when different lines can unite briefly around resistance to a common foe and dreams of a future without its return - ‘solidarity: unions and church against *tyranny*’ or ‘students and workers against *fascism*’” (Tradução Livre).



trabalhadores, mas em certos contextos, palavras constroem uma convergência temporária e específica ao cenário em que os dois grupos se encontram. É deste modo que a filosofia de Deleuze evitaria uma recaída na defesa de políticas ancoradas nas particularidades dos movimentos uma vez observado o desaparecimento dos atores políticos universais. Vejamos o seguinte comentário de Williams – e que claramente remete a uma maneira de situar a questão muito próxima àquela de Laclau/Mouffe:

Uma ordem baseada em múltiplas separações radicais de linhas individuais, grupos, unidades ou sujeitos pode ser desestabilizada através da emergência de um sonho, uma meta, ou um desejo que cruza as separações e as unifica temporariamente em torno de uma nova palavra ou direção, interpretada de maneira diferente porque é recente e ainda misteriosa, mas mantém as diferenças unidades em resistência a algo, levando adiante o movimento (por exemplo, quando slogans multifacetados como 'Basta!' ou 'Justiça!' ou 'Paz!' ou 'Não passarão' exprimem uma corrente comum através da sociedade ou sobre várias sociedades que permite que grupos e interesses díspares se distanciem da velha ordem) (WILLIAMS, 2008, p. 67)<sup>11</sup>.

As expressões mencionadas por Williams operam de maneira similar ao conceito de significante vazio: elas discursivamente remetem a uma ausência que, por sua vez, torna-se a condição de possibilidade para uma fissura que opõe formações políticas coletivas, a exemplo da oposição a um “governo reacionário”. Essa oposição temporariamente conecta movimentos – ou grupos – de orientações e demandas das mais distintas através da elaboração de um imaginário social que, não se confundindo com nenhuma dessas demandas em particular, as abrange em um objetivo mais geral e compartilhado por cada um dos atores políticos envolvidos.

Em sua obra sobre complexidade e movimentos sociais, Graeme Chesters e Ian Welsh mostram como os movimentos que pressionam por uma globalização alternativa rompem com a ideia de que uma organização que se estabelece através de uma lógica burocrática “de cima para baixo”. As várias formas de articulação que integram esse panorama complexo tendem a escapar às formas tradicionais que compõem formas de contestação e organização coletivas.

<sup>11</sup> No original: “An order based on multiple radical separations on individual lines, groups, units or subjects can be disrupted through the emergence of a dream, goal, or wish that crosses the separations and unites them temporarily around a new word or direction, interpreted differently because it is nascent and still mysterious, but maintaining the differences together in resistance and forward movement nonetheless (for example, when a multifaceted slogan such as ‘Enough!’ or ‘Justice!’ or ‘Peace!’ or ‘They shall not pass’ expresses a common thread running through a society or across many societies allowing disparate interests and groups to move away from an old order” (Tradução livre)





Os autores mostram como esses novos movimentos se organizam horizontalmente, primando pela justaposição ao invés da sobreposição e hierarquização das demandas. É nesse ponto que se associam à posição de Deleuze e Guattari:

É neste sentido que nós adotamos a linguagem de Deleuze e Guattari para expor um processo de emergência que opera por e através do movimento de globalização alternativa como um estranho imã com o potencial de reconfigurar a axiomática prevaiente do capital, constituindo desse modo uma força social contra-hegemônica consolidando a vivência fragmentária de baixo para cima imposta pelos fluxos globais. Existem alguns processos complexos de tradução envolvidos aqui que em muito se distanciam dos campos do discurso, da construção discursiva, da contestação e da formulação de apostas coletivas viáveis contrapostas ao modelo de escolha individual livre (CHESTERS; WELSH, 2006, p. 7)<sup>12</sup>.

A composição de baixo para cima expressa, mesmo que de maneira indireta, a ideia de uma construção *a posteriori* dos embates políticos. O pressuposto para a composição das lutas decorre das circunstâncias estratégicas específicas que constituem o panorama de alta complexidade que envolve a todos. Um esclarecimento pontual sobre o conceito de micropolítica e os múltiplos níveis da política se torna, no contexto desta investigação, pertinente (WIDDER, 2012).

O que os autores pretendem ao empregar o conceito de micropolítica? Uma constante nas obras escritas coletivamente por Deleuze e Guattari consiste na distinção molar/molecular, que, por sua vez, emerge da tensão, no âmbito da teoria social, entre as posições de Gabriel Tarde e Émile Durkheim: o macro sendo associado às estruturas mais rígidas, fixas e abstratas, enquanto o micro se refere aos fluxos contínuos que compõem o espaço social (DELEUZE; GUATTARI, 2004, p. 98). O molar e o molecular são interdependentes.

Os grandes agregados molares são tradicionalmente objetos de investigação sociológica. Podemos destacar o Estado, a sociedade, classes sociais, raças e gêneros (SCHUILENBURG, 2012, p. 112 e ss). Essas noções refletem um problema de teoria social entre as partes e o todo: qual seria a relação entre eles? Em Deleuze e Guattari, os agregados molares capturam e organizam fluxos dinâmicos sem nunca conseguirem se

12 No original: "It is in this sense that we adopt the language of Deleuze and Guattari to denote a process of emergence operating through and around the AGM as a strange attractor with the potential to reconfigure the prevailing capitalist axiomatic, by constituting a counter-hegemonic social force consolidating bottom-up experience of the fragmentary life imposed by global flows. There are some complex processes of translation involved here which stray far into the fields of discourse, discursive construction, contestation and the formulation of viable collective stakes counterposed to individual free choice models" (Tradução livre).



firmar definitivamente: a sociedade escapa em todos os lados e direções. Isabelle Garo comenta:

A miniaturização da política anda de mãos dadas com a sua difusão por todo o campo social, assim como também a rejeição de qualquer envolvimento com ou associado às instituições políticas, particularmente o Estado e os partidos políticos: a política não é mais a esfera privilegiada da autoridade, nem uma perspectiva coletiva sobre a sua conquista e transformação, mas a reação à retração liberal da política através da expansão correlativa de deslocamentos individuais, práticas desviantes, contestações moleculares, que agora ocupam o espaço deixado pelo recuo das formas clássicas de politização (GARO, 2008, p. 63)<sup>13</sup>.

Semelhante ao posicionamento de Foucault, essa concepção de política não se encontra associada aos espaços institucionais de representação popular e de controle administrativo que normalmente integram o Estado moderno. Neste contexto, a política estaria limitada a uma tecnologia administrativa dos recursos, materiais e simbólicos, situados no espaço social. Precisamos lembrar, entretanto, que os autores operam uma cisão entre representação e política, como Nicholas Thoburn nos lembra: não é a representação de uma população ou de um movimento que se encontra em questão, mas a sua invenção.

A retração das formas clássicas de politização mencionada por Garo reflete a chamada crise estratégica da esquerda, apontada por Laclau e Mouffe no início de *Hegemony and Socialist Strategy*, o que contempla as limitações que se fazem presentes também no tipo de representação política dos partidos políticos organizados verticalmente. Ao menos em parte essa fora uma das implicações de maio de 1968 para a reflexão política: o deslocamento das estratégias usuais dos movimentos através da constituição de conexões entre demandas que, ao invés de operarem por superposição, acolhem a justaposição e a hibridização. Essas são forças que, ao mesmo tempo em que não podem ser subsumidas às formas usuais de representação política, como os partidos, também escapam do controle jurídico-administrativo do Estado.

### **Convergências teóricas e estratégicas entre as duas posições**

<sup>13</sup> No original: “The miniaturisation of politics goes hand-in-hand with its diffusion across the entire social field, as well as the rejection of any involvement in or with regard to existing political institutions, particularly the State and political parties: politics is no longer a privileged sphere of authority, any more than it is the collective perspective of its conquest and transformation, but is rather a reaction to the liberal retraction of politics by the correlative expansion of individual redeployments, deviant practices, molecular contestations, which now occupy the space left by the retreat of classic forms of politicization” (Tradução livre).



Embora tomando como ponto de partida elementos teóricos distintos, podemos observar que as perspectivas de Laclau/Mouffe e Deleuze, no que dizem respeito à dinâmica trazida pelos novos movimentos sociais, mostram convergências relevantes o suficiente para serem exploradas com maior atenção. Estas nos ajudam a pensar as transformações que novas formas de se conceber o político tendem a produzir.

Um dos principais pontos explorados neste texto foi de se buscar superar a tensão entre o universal e o particular na compreensão do político. O que se pretende é pensar novas configurações políticas que evitem os extremos de perspectivas essencialistas, seja ela a do puro particularismo ou de novas concepções de universal. Em Laclau e Mouffe, essa tensão, que nunca pode ser definitivamente superada, é pensada através de uma reformulação do conceito de hegemonia. Deleuze, principalmente nas obras em que escreve com Guattari, não aborda diretamente esse problema, mas os conceitos de molar e molecular, para mencionarmos apenas dois, abrem espaço para situar o problema sob uma outra perspectiva

Essa outra dimensão distingue formas rígidas aos fluxos dinâmicos de pessoas, signos e matéria que compõem o social. Por um lado, falemos dos movimentos sociais e das suas pautas como entidades coletivas, com características próprias e demandas estabelecidas, enquanto que, por outro lado, todos esses elementos são continuamente modificados em escalas menores através das múltiplas inserções do movimento em outras relações estabelecidas com outros elementos que compõem o seu entorno. Movimentos sociais se constituem e operam a partir de uma dinâmica contínua entre esses dois planos interdependentes.

A ordem estabelecida é apenas uma configuração temporária e relativamente estável de mudanças contínuas que ocorrem em um nível mais elementar. Em uma perspectiva macro, um movimento social focado na demanda de um grupo étnico precisa estabelecer quem integra esse grupo, quais os seus principais problemas, e de que maneira eles podem ser solucionados, ou amenizados. Esse é um trabalho que envolve traçar, delimitar e repensar o espaço social em que o próprio movimento se encontra inserido.

Em paralelo ao que descrevemos, mudanças, impulsionadas pelas ações dos movimentos sociais quanto presentes nos entornos deles, desestabilizam, rompem ou reconfiguram a estrutura inicial do movimento, que associamos ao nível micro. Reconhecendo a fragmentação das demandas políticas no contexto das sociedades contemporâneas, ambas as perspectivas teóricas não se contentam em destacar a dispersão e os vários desacordos entre os atores políticos, mas procuram desenvolver, neste contexto social, formas relativamente estáveis, porém contingentes, de organizações



coletivas que emergem das relações estabelecidas entre os próprios atores. Não pretendendo rejeitar as especificidades das demandas, Laclau/Mouffe e Deleuze propõem a construção de novas noções de coletividade que avançam e abrem novas estratégias para embates emancipatórios.

Ambas as perspectivas enfatizam, cada uma ao seu modo, a impossibilidade de um fechamento constitutivo do social, ou seja, qualquer narrativa que venha a se tornar hegemônica traz consigo possibilidades para a sua subversão através de um outro conjunto de práticas que lhe são antagônicas. Em Laclau e Mouffe a constituição de uma posição hegemônica somente se estabelece ao operar uma contraposição com uma outra cadeia de equivalências. Na medida em que emerge de práticas articulatórias específicas, então, nenhuma cadeia de equivalência dará conta de todas as demandas políticas situadas em um espaço social determinado sob pena mesmo de abandonar a coerência e a consistência interna que deve ser formada entre as demandas de uma cadeia, embora sempre provisoriamente.

Nas reflexões políticas que englobam tanto o trabalho solo de Deleuze, quanto a sua colaboração com Guattari, podemos destacar uma revisão sobre a própria estrutura das relações entre os novos movimentos e às suas demandas. O conceito de rizoma nos permite situar a relação entre os movimentos não mais em termos de verticalidade e sobreposição de demandas. As múltiplas possibilidades de construção de relações são pensadas a partir de circunstâncias específicas em detrimento dos elementos internos que, a princípio, vai nos permitir caracterizar de maneira relativamente estável as demandas e a atuação política de cada movimento.

Em ambas as perspectivas, termos destituídos de um conteúdo determinado, são cruciais para a composição das relações entre movimentos distintos e suas demandas: eles funcionam como pontos de interseções entre embates específicos associados a partir de determinados pontos e eventos contingentes. No que concerne à filosofia deleuzeana, tanto a leitura que faz James Williams da Lógica do Sentido como na desenvolvida por Graeme Chesters e Ian Welsh, discernimos perspectivas quanto à linguagem cujas implicações políticas se aproximam de maneira significativa daquelas que integram as obras de Laclau e Mouffe.

### **Considerações finais**

Pretendemos enfatizar ao longo deste trabalho que a fragmentação das demandas não como um problema a ser superado, mas como característica dos embates políticos das



democracias liberais contemporâneas. Ressaltamos como duas abordagens teóricas, quando confrontadas com essa problemática, podem nos levar a repensar a organização e as estratégias que integram os vários embates em que se encontram envolvidos os movimentos sociais contemporâneos. Quando apontamos duas perspectivas, que chamamos de universalista e particularista, vimos que o retorno a um certo essencialismo na política representa uma tentação compreensível, mas problemática, seja sob uma perspectiva teórica ou estratégica.

Ambas as perspectivas examinadas estabelecem conceitos que permitem situar a intensa fragmentação dos embates políticos sem abandonar alguma forma de referência que extrapole as instâncias particulares de cada ator. Em Laclau e Mouffe, os conceitos de hegemonia, articulação e cadeias de equivalência, dentre outros, integram uma teorização sobre o político que reestabelece o universal sem que o mesmo represente a subsunção das demandas particulares a um ator político universal. Embora desenvolvendo a sua posição através de pressupostos teóricos bastante diferentes daqueles de Laclau e Mouffe, isolamos alguns elementos presentes na filosofia deleuzeana que podem suscitar uma aproximação com os desdobramentos teóricos estabelecidos pelos dois autores, como a ideia de transversalidade.

Em síntese, as abordagens sustentadas pelos três autores examinados permitem lidar com a fragmentação dos movimentos sociais, acolhendo as especificidades de cada demanda, sem com isso deixar de desenvolver estratégias políticas que permitam transcender as diferenças e desentendimentos que porventura possam surgir entre eles. Dentre outras implicações que possam ser extraídas dessas abordagens, ressaltamos a necessidade de se repensar o que significa, hoje, um movimento se conceber como pertencente ao âmbito político da esquerda.

## Referências

CHESTERS, Graeme; WELSH, Ian. *Complexity and Social Movements - Multitudes at the edge of chaos*. London: Routledge, 2006.

DELEUZE, Gilles. *Logic of Sense*. New York: Columbia University Press, 1990.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs*, vol. 1. São Paulo: Editora 34, 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs*, vol. 3. São Paulo: Editora 34, 2004.



GARO, Isabelle. *Molecular Revolutions: The Paradox of Politics in the Work of Gilles Deleuze*. In: BUCHANAN, Ian; THOBURN, Nicholas. *Deleuze and Politics*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2008.

GASCHÉ, Rodolphe. How empty can empty be? On the place of the universal. CRITCHLEY, Simon; MARCHART, Oliver. *Laclau: A Critical Reader*. London: Routledge, 2004, pp. 17-34.

HOWARTH, David. Hegemony, Political Subjectivity, and Radical Democracy. CRITCHLEY, Simon; MARCHART, Oliver. *Laclau: A Critical Reader*. London: Routledge, 2004, pp. 256-276.

In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs*, vol. 2. São Paulo: Editora 34, 2002.  
LACLAU, Ernesto. Why do Empty Signifiers Matter to Politics?. In: LACLAU, Ernesto. *Emancipation(s)*. London: Verso, 1996.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. London: Verso, 1985.

MENDONÇA, Daniel de. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 20, pp. 135-145, Jun/2003).

SCHUILENBURG, Marc. Institutions and Interactions: On the Problem of the Molecular and Molar. In: SUTTER, Laurent de; MCGREE, Kyle. *Deleuze and Law*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2012.

STAGGENBORG, Suzanne. *Social Movements*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2015.

THOBURN, Nicholas. *Deleuze, Marx and Politics*. London: Routledge, 2003.

TORFING, Jacob. *New Theories of Discourse: Laclau, Mouffe and Zizek*. London: Blackwell Press, 1999.

WIDDER, Nathan. *Political Theory After Deleuze*. London: Continuum Press, 2012.

WILLIAMS, James. *Gilles Deleuze's Logic of Sense – A Critical Introduction and Guide*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2008.

BADER, Michael D. M.; WARKENTIEN, Siri. The Fragmented Evolution of Racial Integration since the Civil Rights Movement. *Sociological Science*, v. 3, pp. 135-166, March/2016.